

# Educação

## Dilema Contemporâneos

Volume III

**Lucas Rodrigues de Oliveira**  
Organizador



Pantanal Editora

2020

Lucas Rodrigues de Oliveira  
(Organizador)

# EDUCAÇÃO DILEMA CONTEMPORÂNEOS

VOLUME III



2020

Copyright© Pantanal Editora  
Copyright do Texto© 2020 Os Autores  
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora  
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo  
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera  
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora  
Edição de Arte: A editora. Capa e contra-capas: canva.com  
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto González – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume III / Organizador Lucas Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 282p.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            ISBN 978-65-88319-30-7            DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319307">https://doi.org/10.46420/9786588319307</a></p> <p>1. Educação. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. I. Oliveira, Lucas Rodrigues de.  <span style="float: right;">CDD 370.1</span></p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

Não há dúvidas de que a educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. A escola, para cumprir seu papel social, precisa, sim, ser colocada em xeque – é preciso refletir sobre a educação!

Analisando o percurso histórico da educação nacional, não se pode negar que muitos avanços já aconteceram, mas não sem muita luta e empenho de educadores e outros agentes envolvidos com a escola e com a sua universalização. Por isso, as discussões acerca da educação não devem ser abandonadas.

A presente obra tem como objetivo oportunizar a vários pesquisadores, professores e estudantes momentos para contribuírem, de forma significativa, com reflexões acerca dos processos que envolvem a educação brasileira. Assumimos, desde já, que as questões que envolvem a contemporaneidade da educação não conseguirão ser esgotadas aqui!

**Lucas Rodrigues de Oliveira**

## SUMÁRIO


<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Capítulo I</b> .....	7
Diálogo, trabalho docente, interdisciplinariedade e o legado de Paulo Freire à educação emancipadora.....	7
<b>Capítulo II</b> .....	14
Militarização da escola pública: a solução dos problemas?.....	14
<b>Capítulo III</b> .....	29
A reforma no Ensino Médio brasileiro na visão de gestores de escolas da cidade de Ubá, MG ...	29
<b>Capítulo IV</b> .....	44
A Invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência .....	44
<b>Capítulo V</b> .....	54
Formação inicial de professores: concepções pedagógicas progressistas e aplicacionistas e a identidade docente .....	54
<b>Capítulo VI</b> .....	76
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.....	76
<b>Capítulo VII</b> .....	97
Gênero e sexualidade na escola na era Bolsonaro: retrocessos e resistências .....	97
<b>Capítulo VIII</b> .....	119
PROEJA e Cultura Afro-Brasileira: Dicotomias visíveis a partir da Análise Documental .....	119
<b>Capítulo IX</b> .....	147
História, Filosofia e Didática das Ciências: uma análise a partir do Currículo dos cursos de formação de Professores em Ciências/Química .....	147
<b>Capítulo X</b> .....	159
Cartas do isolamento: reinvenção do existir .....	159
<b>Capítulo XI</b> .....	170
Como fazer escola sem estar na escola: reflexões pela ótica da complexidade.....	170
<b>Capítulo XII</b> .....	182
Riscos para a Educação mediante a agenda neoliberal no contexto da Pandemia do Covid-19..	182

<b>Capítulo XIII</b> .....	194
As histórias em quadrinhos como fomento para o incentivo e a formação leitora em tempos de pandemia .....	194
<b>Capítulo XIV</b> .....	206
Luiz Agassiz (1817-1873): racismo e eugenia na bagagem do viajante .....	206
<b>Capítulo XV</b> .....	239
O direito à educação na legislação brasileira e a judicialização da educação como garantia desse direito .....	239
<b>Capítulo XVI</b> .....	258
Grêmios de professores públicos do Paraná: O I congresso de professores públicos do estado do Paraná (1910) .....	258
<b>Sobre o Organizador</b> .....	278
<b>Índice Remissivo</b> .....	279

## A reforma no Ensino Médio brasileiro na visão de gestores de escolas da cidade de Ubá, MG<sup>1</sup>

Recebido em: 11/09/2020

Aceito em: 16/09/2020

 10.46420/9786588319307cap3

Orcione Aparecida Vieira Pereira<sup>2\*</sup> 

Vagner Dias Raimundo<sup>3</sup> 

### INTRODUÇÃO

O ensino no Brasil teve início durante a época da colonização com a chegada dos jesuítas e desde então passou por diversas transformações. A expulsão dos jesuítas, em 1759, depois de quase dois séculos de atuação, deu espaço a uma tentativa de implantar um novo sistema de ensino. A chegada da Família Real em 1808 trouxe consigo poucas mudanças no ensino secundário e os investimentos foram mais voltados para o Ensino Superior. Já no período republicano, o ensino regular e o técnico coexistiram até 1930 (Bald; Fassini, 2017).

Cerca de trinta anos depois, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 que passou por algumas transformações dez anos após a sua elaboração (Bald; Fassini, 2017) e cuja versão atual entrou em vigor no ano de 1996, continuando a sofrer mudanças em alguns pontos a partir da promulgação de leis, decretos e medidas provisórias (Saviani, 2017).

Ao longo dos anos, a educação brasileira passou por diferentes transformações ou reformas. Entre elas, a mais recente, que é intitulada por alguns pesquisadores como a ‘reforma no Ensino Médio’, é amparada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), que, por sua vez, foi respaldada pela Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016.

De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a educação escolar no Brasil se divide em Educação Básica, que se desenvolve em três etapas de ensino - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - e Educação Superior, que se subdivide em

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa teve apoio do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Ubá. Av. Olegário Maciel, nº 1427, Bairro Industrial, CEP: 36500000, Ubá, Minas Gerais, Brasil.

<sup>3</sup> Mestrando em Biologia Celular e Estrutural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus Viçosa. Av. Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, CEP: 36570-900, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

\* Autor de correspondência: [orcione.pereira@uemg.br](mailto:orcione.pereira@uemg.br)



Graduação e Pós-Graduação. A LDB define o Ensino Médio como uma etapa de consolidação dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e evidencia sua função primordial de completar a formação do indivíduo para a vida social, enquanto cidadão. O Ensino Médio também se configura como um período de preparação intelectual para que o estudante alcance a Educação Superior e, posteriormente, ingresse no mercado de trabalho ou diretamente em alguma profissão que exija este grau de escolaridade para sua atuação.

Na atualidade, o Ensino Médio tem enfrentado alguns desafios, tais como “[...] a superação da dualidade curricular, a necessária ampliação da oferta, o enfretamento da evasão escolar, a diminuição das taxas de abandono e reprovação, a qualidade e a definição de uma identidade mais clara para esse nível de ensino” (Corso; Soares, 2014). Salienta-se que muitas vezes os estudantes que abandonam o Ensino Médio, o fazem porque precisam de um emprego, pois já não veem mais na educação melhores perspectivas de vida. A evasão também pode ocorrer pelo fato de se encontrarem desmotivados, com dificuldades na aprendizagem e desinteressados pelas aulas.

Provavelmente, as propostas de modificações para esta etapa de ensino, com destaque para a flexibilização do currículo e a possibilidade de escolha pelo itinerário educativo orientado pela escola, atendam aos interesses dos estudantes tornando o Ensino Médio mais atrativo e, por consequência, contribuam com a diminuição da evasão escolar (Ferretti, 2018).

Além destas modificações, a Lei n. 13.415 (Brasil, 2017), prevê: o aumento progressivo da carga horária de 800 para 1400 horas anuais; o exercício docente através de profissionais de notório saber, ou seja, que não necessitam de graduação em licenciatura plena, no itinerário formativo ‘V - formação técnica e profissional’; e a obrigatoriedade das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do Ensino Médio. Esta Lei também estabelece a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018 para esta etapa de ensino, a partir do ano de 2019.

A BNCC (Brasil, 2018) objetiva assegurar a todos os estudantes o acesso às aprendizagens essenciais nas escolas de todo o país, para que, assim, tenham seus direitos garantidos em relação ao seu desenvolvimento de acordo com as metas que o Plano Nacional de Educação preconiza para as etapas e modalidades de educação.

De acordo com Aguiar e Dourado (2018), a BNCC consolidou a proposta de instituição de uma base nacional que oferta aos estudantes o direito de aprender um conjunto de habilidades e conhecimentos comuns, com o propósito de diminuir as diferenças educacionais no país, nivelando e elevando a qualidade do ensino, além de uma parte diversificada para atender às especificidades de cada região do país. Esta proposta também afeta diretamente as políticas direcionadas aos processos avaliativos nos sistemas de ensino, a organização dos currículos escolares, as formas de gestão escolar e a formação dos profissionais de educação.

Neste sentido, esta pesquisa objetivou verificar quais estratégias os gestores das escolas da cidade de Ubá, Minas Gerais, estão adotando para se adaptarem às modificações propostas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, bem como às orientações da BNCC para a etapa do Ensino Médio, uma vez que as escolas terão que iniciar a implementação dos preceitos destas políticas educacionais a partir do ano de 2021.

Para tanto, este capítulo se divide em seis seções. A primeira contextualiza e apresenta a questão de estudo da pesquisa por meio desta introdução. A segunda descreve o material e os métodos adotados para a realização deste estudo. As terceira, quarta e quinta seções expõem as informações obtidas a partir das entrevistas com os gestores organizadas por categorias e sua discussão. E a sexta seção traz as considerações finais.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Tratou-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista que é “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 2008) e tem como objetivo principal a “obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema” (Marconi; Lakatos, 2007).

Com a finalidade de garantir o sigilo das informações obtidas e a identidade dos participantes conforme preconiza o Conselho Nacional de Saúde por meio da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (Ministério da Saúde, 2016), o projeto da presente pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais, o qual recebeu o certificado de apresentação e apreciação ética (CAAE) n. 11936919.6.0000.5525 e foi aprovado sob o Parecer Final número 3.535.422.

No ano de 2019, a cidade de Ubá tinha 64 instituições de ensino cadastradas, sendo que 16 ofertavam o Ensino Médio de acordo com o documento “Cadastro Escolar - 21 de fevereiro de 2019 - todas as redes”<sup>4</sup>. Entre as escolas que ofertavam esta etapa de ensino, constatou-se que nove eram estaduais e sete particulares. Foram selecionadas quatro escolas da rede pública estadual e três escolas particulares para que seus gestores – diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico – fossem entrevistados. O número de escolas selecionadas se deu em virtude da obtenção de uma amostra representativa do número de estudantes matriculados no Ensino Médio na referida cidade.

Após a aprovação do projeto de pesquisa, realizou-se um pré-teste do roteiro de entrevista com um gestor de uma escola pública de uma cidade diferente da cidade onde foi realizada a pesquisa e que

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>. Acesso em: 07/03/2019.

não participou da amostra deste estudo. O pré-teste foi realizado com o intuito de que pudessem ser identificadas previamente incoerências no roteiro de entrevista possibilitando, assim, a realização com antecedência de possíveis ajustes ou eliminação de perguntas (Tomaszewski, 2007).

Foram entrevistados oito gestores, sendo que cinco atuavam em escolas da rede pública estadual e três na rede particular, nos meses de agosto e setembro do ano de 2019, por meio de um roteiro padronizado. Depois dos devidos esclarecimentos e consentimento dos gestores, as entrevistas foram gravadas por meio de um gravador de voz e transcritas posteriormente. Gibbs (2009) afirma que o “tipo mais comum de dado qualitativo usado em análise é o texto, que pode ser uma transcrição de entrevistas ou notas de campo de trabalho etnográfico ou outros tipos de documentos”.

Para as informações obtidas por meio das entrevistas, foram adotados os procedimentos adaptados, segundo Appolinário (2006): a) o texto obtido a partir da transcrição das entrevistas foi organizado, e cada fala/resposta dos gestores foi destacada, numerada e registrada como uma unidade; b) as unidades de registro foram classificadas de acordo com o seu conteúdo e o resultado foi denominado unidade de contexto; c) cada unidade de contexto foi analisada de acordo com a apreciação de sua totalidade; d) após esta análise inicial, procedeu-se a interpretação teórica do material; e e) relacionou-se a interpretação das unidades de contexto com referenciais teóricos.

Os resultados serão apresentados nas próximas seções.

Não serão identificados os nomes das escolas nem dos gestores entrevistados. Os relatos dos gestores serão identificados por números que correspondem à ordem em que foram entrevistados.

## **CONHECIMENTO DOS GESTORES SOBRE A LEI N. 13.415/2017 E A BNCC PARA A ETAPA DO ENSINO MÉDIO**

Todos os gestores entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre a ‘reforma’ do Ensino Médio, que constitui uma série de modificações preconizadas pela Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), apesar de também assegurarem que este conhecimento era superficial a respeito deste assunto, conforme pode ser observado pelo relato de um gestor de escola pública.

<sup>5</sup>Bom... eu sei que ela existe, mas assim... a fundo, como ela funciona, o que que tem relatado nela, não (Gestor de escola pública 1).

Outro gestor demonstrou conhecimento a respeito da reforma citando uma das mudanças previstas:

É... uma das mudanças é a da carga horária de 800 horas para 1000, né, que eles estão querendo colocar o tempo integral em todas as escolas [...] (Gestor de escola pública 2).

---

<sup>5</sup> Optamos por reproduzir na íntegra os trechos das falas dos entrevistados, considerando os traços de informalidade.

Quando questionados se conheciam os preceitos da BNCC da etapa do Ensino Médio, cinco gestores afirmaram que sim e três afirmaram que não conheciam. Um gestor apresentou seu ponto de vista, considerando as propostas da BNCC em relação à priorização de determinados conteúdos da matriz curricular em detrimento de outros, como algo que, de certa forma, pode prejudicar os alunos:

[...] nós sentimos que tirou um pouco do contexto dos outros conteúdos[...] Filosofia e Sociologia também são conteúdos que às vezes não foram tão privilegiados com a reforma, ou foram quase que excluídos [...]. Mas de toda forma, se você fosse expandir a carga horária só especificando matérias igual Português e Matemática, acho que perde um pouco da diversidade do conteúdo para o aluno (Gestor de escola pública 4).

O relato deste gestor vai ao encontro do que defendem Furtado e Silva (2020), que destacam a secundarização das disciplinas Sociologia e Filosofia, o que pode deixar a formação dos estudantes menos abrangente, uma vez que são áreas do saber fundamentais para a humanização dos alunos e agora serão ofertadas como estudos e práticas, que talvez não sejam tão eficazes quanto à forma convencional de ensino.

Por outro lado, um gestor de uma escola particular enxerga as mudanças propostas pela BNCC como algo necessário, considerando a educação brasileira e o contexto de supervalorização de uma área de conhecimento.

Sim. Eu conheço. É... eu acho uma... Base muito interessante [...], eu acho que a gente sempre teve uma resistência ao Inglês como um símbolo de dominação, né. [...] E, assim... aprender Inglês... [...] a sensação que eu sempre tive com relação à educação era a de supervalorizar uma língua de um povo dominador. E hoje na BNCC, por exemplo, o Inglês vem como uma língua universal [...]. Que é importante todo mundo saber, não só o brasileiro [...] (Gestor de escola particular 1).

Considerando algumas das mudanças propostas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelecem que apenas a Língua Portuguesa e a Matemática sejam disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, o Inglês como a língua estrangeira obrigatória e as outras disciplinas ofertadas como conteúdos curriculares e práticas de acordo com os itinerários formativos ofertados pela unidade de ensino, ficou também a cargo de cada escola estabelecer como os recursos serão utilizados e as formas de realização da avaliação escolar (Brasil, 2017).

Desta forma, surgirão muitos desafios pedagógicos, principalmente no que se refere à escolha dos itinerários formativos, pois demandará das escolas uma infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho aos seus profissionais. A subjetividade envolvida na escolha dos itinerários por parte dos estudantes requer muita atenção por parte das escolas, pois apesar de a proposta da BNCC estabelecer relações dialéticas entre conteúdos disciplinares tendo em vista a compreensão de fenômenos naturais e sociais, o tratamento que conferem à questão educacional e à forma pela qual vai atender ou não às necessidades educacionais dos educandos poderão não ser sanadas somente por meio de uma reforma da matriz curricular do Ensino Médio (Ferretti, 2018).

Em relação à menção das políticas educacionais nas escolas, três gestores de escolas particulares e dois de escolas públicas afirmaram que estas políticas foram citadas nas escolas em que atuavam.

Sim. Elas são mencionadas nas reuniões de... Módulo (Gestor de escola pública 3).

Sim, já foi mencionado por professores... é... pelo diretor da Unidade... pelos outros diretores pedagógicos. E a gente está realmente buscando... adequar a escola a esses novos currículos, essas novas práticas que a BNCC traz para nós (Gestor de escola particular 2).

As reuniões de Módulo (reuniões extraclasse) são momentos de fundamental importância nas escolas para a discussão de propostas pedagógicas, institucionais e questões que se referem ao planejamento pedagógico, de acordo com o estabelecido no Ofício Circular GS nº 002663, de 13 de setembro de 2016 (Minas Gerais, 2016). As horas destinadas às reuniões de módulo são de cumprimento obrigatório pelos professores e devem ser programadas pela Direção Escolar em conjunto com outros profissionais da educação que atuam nas instituições escolares.

De acordo com Santos (2010), as reuniões pedagógicas constituem, além de um espaço para a reflexão, um ambiente privilegiado para a discussão e a solução de problemas, que podem surgir no dia a dia das instituições escolares, e o compartilhamento de novas metodologias de ensino.

Entretanto, três gestores de escolas públicas afirmaram que nenhuma menção às políticas educacionais acima citadas para o Ensino Médio foi feita durante a realização de reuniões. Neste caso, estes profissionais da educação não obtiveram nenhuma informação oficial ou direcionamento a respeito destes documentos.

A respeito do recebimento de alguma diretriz, orientação ou solicitação para que a escola se adeque às premissas da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), sete gestores disseram que não receberam nenhum tipo de orientação de como deveriam proceder.

Não. Até o momento a gente não teve nenhuma orientação, nenhuma mudança. [...] Eu percebi que já tem várias escolas tentando se adequar, mas exige um pouco mais realmente de organização (Gestor de escola particular 2).

Um dos gestores relatou que recebeu orientações a respeito destas novas políticas na escola em que atuava.

Sim, sim. A escola segue as orientações da Secretaria Regional de Educação, que por sua vez, segue as orientações da Secretaria de Estado da Educação. Esse percurso normal (Gestor de escola pública 4).

No entanto, quando perguntado a respeito de quais orientações foram recebidas, o gestor não disse com clareza quais seriam essas orientações.

Que se cumpram as leis. Que se cumpra o que está [...] definido nessa legislação [...] de forma gradativa (Gestor de escola pública 4).

Quando os gestores foram indagados sobre a obtenção de informações a respeito da modificação dos currículos de acordo com as orientações da BNCC, todos os cinco gestores das escolas públicas e dois gestores de escolas particulares expuseram que não receberam tais informações.

Um gestor de uma escola particular afirmou que recebeu orientações sobre a modificação dos currículos.

Sim. A partir do ano que vem, nosso primeiro ano do ensino médio vai ser totalmente adequado, a nossa carga horária bem alterada, é... Biologia, Química e Física a carga teve alterada, Português nós aumentamos a carga com a aula de leitura. Aumentamos a carga de Inglês. Tudo adequando à BNCC. E os itinerários, a gente não vai trabalhar com os itinerários na primeira série do médio. Só a partir do segundo, só quando este primeiro estiver na segunda série, que vai ser em 2021 (Gestor de escola particular 1).

As escolas particulares sempre mostraram certa autonomia para a elaboração de seu projeto pedagógico e o estabelecimento de conteúdos que compõem os currículos. No entanto, assim como as escolas públicas, com a nova BNCC há a necessidade de atentar para os objetivos e a forma como as escolas irão desenvolver as competências e habilidades dos seus estudantes.

Observou-se que, de um modo geral, havia uma falta de conhecimento efetivo a respeito da BNCC e das modificações preconizadas pela Lei n. 13.415 (Brasil, 2017) para o Ensino Médio tanto de gestores de escolas públicas quanto de particulares. Os órgãos educacionais talvez ainda não tivessem repassado, até o momento de realização desta pesquisa, formalmente as informações necessárias aos profissionais da educação sobre as mudanças previstas para esta etapa de ensino, além do que esta falta de informação e/ou o desencontro de informações podem gerar insegurança no que se refere ao processo de implementação dessas modificações.

## **SUGESTÕES DOS GESTORES PARA A ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS ÀS PREMISSAS DA LEI Nº 13.415/2017 E DA BNCC PARA O ENSINO MÉDIO**

No que tange às sugestões dos gestores para a proposição de estratégias para adequar as escolas às modificações previstas na Lei n. nº 13.415 (Brasil, 2017) e na BNCC para a etapa do Ensino Médio (Brasil, 2018), dois gestores de escolas públicas e dois de escolas particulares assinalaram que para uma melhor assimilação das novas diretrizes estabelecidas, é necessário que a comunidade escolar em geral tenha pleno conhecimento dessas mudanças:

Olha, a primeira coisa que eu acho que a gente tem que fazer é informar as pessoas. Informar os professores. Porque toda mudança gera resistência. Então as pessoas já geralmente elas colocam defeito, sem saber do que se trata. [...] Então a primeira coisa, eu acho que a gente tem que fazer é [...] Informar, falar da proposta, do espírito da mudança [...] (Gestor de escola particular 2).

Em contrapartida, um dos gestores de uma das escolas públicas destacou que os estudantes devem ser mais bem acomodados, destacando que a escola deve apresentar infraestrutura necessária

para acolhê-los, uma vez que a educação em período integral já não fazia parte da realidade deles e muitos têm uma ocupação ou algum tipo de trabalho remunerado após o período de aula. Este mesmo gestor cita a resistência destes estudantes para estudarem em tempo integral como um exemplo de obstáculo ao sucesso da implementação das modificações previstas para a etapa do Ensino Médio, o que também pode aumentar o índice de evasão da escola.

Outra situação que pode ocorrer, por exemplo, citada por este mesmo gestor é quando o estudante não considera interessante a sua permanência na escola e opta por trabalhar para auxiliar a sua família que não tem condições econômicas suficientes para mantê-lo na escola em período integral. Nessa perspectiva, a organização do Ensino Médio em período integral pode configurar uma prática de exclusão aos menos favorecidos economicamente se não for possível atender às demandas impostas para sua implantação como, por exemplo, planejar como será fornecida a alimentação a estes alunos. Além disso, segundo Ferreira e Santos (2018), “a noção de que o horário integral é eficaz somente funciona quando há uma política de intervenção educacional ativa.”

Dois gestores de escolas públicas e um de uma escola particular alegaram não possuir nenhuma sugestão em relação à adequação das escolas à reforma. Um destes gestores atribuiu a falta de sugestão à ausência de mais conhecimento a respeito das modificações no Ensino Médio.

Eu acho que só vai haver aqui estratégia depois que tiver conhecimento da nova proposta, e até então não é de conhecimento nosso. (Gestor de escola pública 2)

Sendo assim, ressalta-se a importância da ampla divulgação das diretrizes que regem a nova proposta de Ensino Médio para toda comunidade escolar, uma vez que ela será afetada direta ou indiretamente pelas modificações que ocorrerão.

## **OPINIÕES E PERSPECTIVAS DOS GESTORES SOBRE AS MUDANÇAS PREVISTAS PARA O ENSINO MÉDIO**

Os gestores também foram questionados sobre suas opiniões a respeito da reforma. Quatro gestores de escolas públicas e dois de escolas particulares consideraram as modificações no Ensino Médio como algo necessário.

[...] na minha opinião, eu acho que essa parte do currículo onde o aluno pode escolher [...] vai ser muito positivo na vida deles [...] e vai ter um interesse [maior] deles também. Porque muitas vezes eles acham que estudam coisas que nunca mais [vão utilizar] (Gestor de escola pública 5, acréscimo dos autores da pesquisa).

É... eu vejo com muito bons olhos. [...] Porque as pessoas hoje falam assim com relação à BNCC, essas mudanças, falam assim: “Nossa, mas um aluno de Engenharia, ele precisa saber Português e Literatura?” Mas ele vai saber. Ele só não [...] precisa saber de um jeito tão aprofundado. Então é melhor que um aluno que vai fazer Psicologia saiba uma Matemática básica bem feita e com muita solidez, do que ele saber uma Matemática complexa como se

fosse um aluno que fizesse Engenharia, e como ele não tem afinidade com aquilo, ele não saber nada de coisa nenhuma. Nem o básico, nem o complexo [...] (Gestor de escola particular 1).

Notou-se que os gestores concordaram que uma das propostas para a reformulação do Ensino Médio, especificamente a que se refere à escolha por parte dos estudantes em relação a um dos itinerários formativos fornecido pela escola, poderá ser algo atrativo aos educandos, uma vez que eles terão a possibilidade de estudar disciplinas e práticas de acordo com a carreira ou percurso formativo que pretendem seguir.

Ocorre que além das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, Miranda e Rech (2018) ressaltam a importância de disciplinas como História, Filosofia, Sociologia, Artes, Biologia e Física que são relevantes por proporcionarem uma socialização dos saberes universais e contribuir para a formação do pensamento crítico e reflexivo.

“A educação para ser de qualidade, é necessário um currículo rico, com projeto político pedagógico ético que assegure o acesso à ciência, à cultura, capazes de propiciar bases consistentes para a formação do cidadão capaz de exercer sua cidadania plena” (Miranda; Rech, 2018).

Um gestor de uma escola particular expôs que as principais dificuldades para o sucesso da reforma no Ensino Médio são a falta de infraestrutura básica e a preparação técnica do corpo docente para lidar com as novas tecnologias na escola pública.

[...] na minha opinião, realmente, é uma preocupação. Principalmente no que diz respeito à escola pública, em relação a investimento. A minha preocupação com a escola pública é [em relação ao] recurso, que a gente sabe hoje que as escolas estão sucateadas. [Também há] a preparação do corpo docente, porque a gente tem vários exemplos de insucesso de implementações de recursos tecnológicos que não têm efeito, ou pelo menos é implementado e o professor sequer sabe utilizar. Isso tem reflexos gravíssimos [...] (Gestor de escola particular 2, acréscimos dos autores da pesquisa).

Miranda e Rech (2018) ressaltam que entre os fatores que refletem na qualidade do ensino, destacam-se a qualificação e valorização do profissional da educação, bem como a infraestrutura adequada para evolução do aprendizado. Salienta-se que o Ensino Médio no Brasil possui um maior número de estudantes matriculados na rede pública, na qual as condições de infraestrutura geralmente demandam mais atenção e cuidado.

Um gestor de escola particular também revelou certo pessimismo em relação às mudanças propostas para o Ensino Médio em virtude de o país possuir um vasto território com regiões que apresentam características distintas e as dificuldades de implantação de um currículo comum.

Bem, eu acredito de tudo que eu li é muito interessante e é uma ideia extremamente válida para o Ensino Médio. Resta saber se isso não vai ficar só belo no papel. Se nós termos a estrutura necessária para implementar o que a lei determina. [...] Porque cada região tem uma realidade. Então, assim, para que esse projeto tenha sucesso e que seja implementado de uma forma correta em todo o país, deveria haver um estudo regional sobre as realidades educacionais de cada parte do Brasil [...] (Gestor de escola particular 3).



O relato acima expressa a dificuldade da implantação das normas de currículo comum da BNCC em virtude da heterogeneidade do país como sua principal característica.

Do ponto de vista dos seus problemas intrínsecos, a base nacional comum curricular ao apresentar uma tendência eurocêntrica na compreensão dos conhecimentos e culturas compromete a dimensão democrática da educação na medida em que não faz jus à diversidade territorial, cultural, social e humana brasileira, que deve se expressar nas propostas curriculares, uma vez que não se pode formar cidadãos de um país heterogêneo e plural como o Brasil com conteúdos padronizados e únicos para todas as pessoas (ANPEd; ABdC, 2018).

Quando os gestores foram questionados a respeito de suas perspectivas sobre a reforma educacional no Ensino Médio como um todo, os cinco gestores de escolas públicas e um gestor de uma escola particular expressaram que as mudanças assinaladas nos documentos trarão melhorias.

[...] melhoria no aprendizado já que os alunos vão ter a opção de escolher aquilo que [gostam] de fazer. Então, com certeza, vai melhorar muito, vai ter mais interesse, mais participação do aluno dentro da escola (Gestor de escola pública 2, acréscimo dos autores da pesquisa).

Olha, eu tenho uma ótima perspectiva. [...] No sentido de deixar esse aluno mais integrado à escola, mais conectado no Ensino Médio. [...] Então, acho que começar esse direcionamento no Ensino Médio, eu adoro essa ideia, sabe? Eu acho que [...] a gente vai ter muito menos evasão, principalmente na escola pública, né? A escola particular tem menos evasão e a evasão que se tem na escola particular é por outros motivos. Não é o mesmo motivo da escola pública, geralmente. [...] (Gestor de escola particular 1).

Apesar de dois gestores de escolas particulares afirmarem que não têm perspectivas a respeito das modificações propostas para o Ensino Médio, verificou-se um posicionamento favorável dos outros gestores em relação à substituição da organização curricular disciplinar por itinerários formativos específicos que, quando escolhidos pelo estudante, poderão atender às suas expectativas e, conseqüentemente, ser um estímulo para garantir sua permanência na escola. A possibilidade de focar na área de atuação profissional futura também permite, portanto, um melhor preparo para a realização dos vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

No entanto, Marcelino et al. (2019) ressaltam que para as escolas localizadas fora dos grandes centros urbanos, os estudantes, às vezes, não terão a chance de optar pelo itinerário formativo com o qual se identificam, considerando que a organização desta oferta ficará a critério de cada sistema de ensino. Desse modo, eles terão que cursar o que estiver disponível. Ainda, de acordo com os autores, os estudantes que necessitarem ingressar no mundo do trabalho mais cedo e optarem pela área de formação técnica e profissional, não terão acesso às demais áreas de conhecimento. Isso pode aumentar ainda mais o abismo educacional entre ricos, que continuarão seus itinerários formativos visando a Educação Superior, e pobres que, provavelmente, entrarão mais cedo no mercado de trabalho e, para tanto, optarão pela formação técnica e profissional.

Sandri (2017) aponta que a implementação da reforma no Ensino Médio não afetaria tão negativamente a condição dos estudantes de escolas particulares, quanto àqueles de escolas públicas e/ou menos favorecidos, uma vez que escolas particulares que ofertam Ensino Médio, também ofertam

o ensino em tempo integral, além de cursos preparatórios para os processos de seleção de ingresso nas universidades. No contexto da implementação da reforma, as escolas particulares adequarão seus currículos de forma a abordar os conteúdos solicitados nos vestibulares e no ENEM.

Por fim, perguntou-se sobre as consequências destas modificações no sistema educacional como um todo e sobre o Ensino Médio. Apenas um gestor de uma escola pública e outro de uma escola particular apontaram consequências.

O gestor de uma das escolas públicas relatou que tem perspectivas positivas sobre estas consequências.

[...] Nós que trabalhamos na educação pensamos que as ações vão gerar bons resultados. Acredito que vai gerar sim... acredito que vai melhorar. Eu penso que, se bem implementadas, elas vão surtir um efeito melhor do que a gente tem aí nesse momento (Gestor da escola pública 1).

Porém, o gestor de escola particular foi mais pessimista:

Então, eu percebo que o Ensino Médio é o resultado do fracasso da falta de preparo na Educação Básica. A gente trabalha aqui com Fundamental I, II e o Médio. Eu me faço essa pergunta todos os dias: o que leva um aluno do Fundamental I ser um aluno 80% em todas as disciplinas, à medida que ele segue na vida acadêmica, na vida escolar, ele vai esbarrando em algumas barreiras e vai se bloqueando cada vez mais. [...]. Como que as escolas públicas hoje estão investindo realmente na Base? Que isso traz reflexo no Ensino Médio. Por exemplo, uma outra preocupação, os conteúdos que eu vejo aqui hoje, a maior dificuldade que os... os professores, o corpo docente e até mesmo os alunos, pegar o conteúdo e saber como ele serve na prática. Isso é um problema [...]. O conteúdo do Ensino Médio hoje só serve para aprovar [...]. Não consigo entender realmente essas propostas (Gestor de escola particular 2).

Apesar de as visões dos gestores serem contraditórias, uma vez que o gestor de escola particular culpa a insuficiência do ensino básico pela má formação dos estudantes e o gestor da escola pública apresenta uma visão positiva sobre o que as mudanças previstas e suas consequências poderão proporcionar ao Ensino Médio, subentende-se que, se bem empregadas, estas modificações possibilitarão gerar resultados inovadores frente ao atual cenário da educação, principalmente nesta etapa de ensino.

Em relação ao relato do gestor de escola particular 2, Castilho (2017) versa sobre a diluição de áreas de conhecimento, construídas e fundamentadas ao longo da história, o que aprofundará ainda mais os problemas relacionados à formação básica dos estudantes, principalmente no que se refere ao processo de construção de conhecimentos. O Ensino Médio pode acabar se reduzindo a um conjunto de conhecimentos que não apresentam nenhuma relação entre si, no qual um professor de Biologia pode atuar como professor de Química ou de Física, por exemplo. E ainda segundo o autor, os estudantes da escola pública, além de possuírem uma formação básica por vezes deficitária, também poderão ter seu ingresso na universidade comprometido.

Contudo, de acordo com Motta e Frigotto (2017), os dirigentes do Ministério da Educação (MEC) apontam a necessidade da reforma do Ensino Médio como uma medida crucial para aumentar

o desenvolvimento econômico do país, pois o crescimento da educação intensifica a produtividade. Desse modo, os autores apontam que para o Brasil apresentar condições para concorrer com o mercado internacional é necessário:

o investimento na melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo com o aumento da jornada escolar, visando melhores alcances no desempenho escolar; a reestruturação do currículo, ajustando-o às mudanças no mundo do trabalho, em conformidade com a suposta educação do século XXI; a ampliação do número de vagas; e a contenção da evasão escolar (Motta; Frigotto, 2017).

Conforme Maciel (2019), a educação no Brasil vem demonstrando sinais de esgotamento há muitas décadas e que talvez as mudanças previstas pela Lei 13.415 (Brasil, 2017) não sejam a melhor alternativa. O autor aponta, inclusive, que as alterações podem trazer mais prejuízos que benefícios. Por isso, é importante em um momento de mudanças e adequações aos novos princípios das políticas educacionais que os gestores, junto com os professores e outros profissionais de uma escola, debatam e proponham estratégias para que o processo seja o mais tranquilo possível e traga melhorias para o processo de ensino e aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa exploratória foi possível verificar que, apesar do tempo estipulado para a implementação da Lei nº 13.415 (Brasil, 2017) e da BNCC para a etapa do Ensino Médio (Brasil, 2018), os gestores ainda não possuem um conhecimento efetivo sobre estas mudanças, tampouco receberam qualquer tipo de orientação ou diretriz de um órgão oficial para que pudessem iniciar as modificações e nem apresentaram uma previsão de início das adequações às premissas destas políticas. A expectativa é que esta situação se reverta, uma vez que as escolas têm até o ano de 2021 para implantarem estas mudanças.

Os gestores apontaram que a possibilidade de os estudantes escolherem seus itinerários formativos por meio da orientação da escola pode contribuir para que o Ensino Médio se torne mais atrativo. A própria LDB respalda a flexibilização na oferta dos itinerários formativos pelas escolas, mas enfatiza que elas não precisam necessariamente ofertar todos os itinerários disponíveis. Essa alternativa acaba por possibilitar que a oferta desta etapa de ensino possa se tornar às vezes inconsistente, principalmente em colégios situados em regiões mais carentes. Isso pode conduzir também à dificuldade de acesso ao ensino superior pelo conhecimento insuficiente de outras áreas do saber pelo estudante, uma vez que o domínio de conhecimento a respeito de conteúdos de uma única área do saber pode ser insuficiente para a sua aprovação em vestibulares e/ou no ENEM.

Verificou-se também que serão necessários investimentos para a reorganização dos espaços escolares públicos em virtude de estas escolas funcionarem em mais de um turno, situação que pode

não representar tanta dificuldade para as escolas particulares, por terem à disposição mais recursos financeiros.

Diante dessas modificações previstas para o Ensino Médio, os professores terão que adequar sua atuação às demandas destas mudanças e, para tanto, torna-se necessário ponderar quais são as implicações dessas medidas a curto, médio e longo prazo para os envolvidos, em especial os educandos. É importante também ressaltar a necessidade de colocar em prática propostas de formação continuada para o professor, sua valorização e da escola como espaço de formação educacional e social.

Sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas para ampliar o conhecimento sobre o processo de adequação das escolas às modificações previstas para o Ensino Médio em escolas de outras cidades do estado de Minas Gerais, bem como para averiguar de que forma a Secretaria Estadual de Educação e outros órgãos estarão repassando as diretrizes e acompanhando a execução destas atividades por um lado, e, por outro lado, como os gestores escolares estarão implantando essas modificações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar MAS, Dourado LF (2018). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. In: Aguiar MA, Dourado LF (Orgs). *A BNCC na construção do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Editora: ANPAE, Recife. 59p.
- ANPED (2018). *Exposição de Motivos: BNCC-Ensino Médio*. Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação. Associação Nacional Brasileira de Currículo (ABdC). Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/anped\\_abdc\\_contrabncc-emago2018final.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/anped_abdc_contrabncc-emago2018final.pdf). Acesso em 29/11/2019.
- Appolinário F (2006). *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa*. 2. ed. Editora: Pioneira Thomson Learning, São Paulo. 209p.
- Bald VA, Fassini E (2017). *Reforma do Ensino Médio: resgate histórico e análise de posicionamentos a respeito da Lei nº 13.415/17 por meio de revisão de literatura*. Univates Universidade do Vale do Taquari. Lajeado. 19p. Disponível em <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1868/1/2017VolneiAndreBald.pdf>. Acesso em 02/03/2019.
- Brasil (1996). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Brasil (2017). Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso em 03/03/2019.

- Brasil (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 03/03/2019.
- Castilho D (2017). Reforma do Ensino Médio: Desmonte na Educação e Inércia do Enfrentamento Retórico. *Geodiálogos*, 1(4): 9-18. Disponível em: [https://geografia.blog.br/gallery/gdn04v01\\_01.pdf](https://geografia.blog.br/gallery/gdn04v01_01.pdf). Acesso em 19/07/2020.
- Corso AM, Soares ST (2014). O Ensino Médio no Brasil: dos Desafios Históricos às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais. In: X ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – Reunião Científica da ANPED. UDESC, Florianópolis- SC. 19p.
- Ferreira LS, Santos AM (2018). Ensino Médio: Gargalos e Perspectivas. *Revista Augustus*, 23(46): 102-112.
- Ferretti CJ (2018). A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, 32(93): 25-42.
- Furtado RS, Silva VVA (2020). A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. *Revista e-Curriculum*, 18(1): 158-179.
- Gibbs G (2009). *Análise de dados qualitativos*. Editora: Artmed, Porto Alegre. 198p.
- Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora: Atlas, São Paulo. 200p.
- Maciel CSFS (2019). Uma Avaliação da Lei nº 13.415/17 a partir da Logística e das Metas do PNE. *Educação & Realidade*, 44(3): 1-27.
- Marcelino et al. (2019). Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências. *Revista do Serviço Público*, 70(1): 103-124.
- Marconi MDA, Lakatos EM (2007). *Fundamentos de Metodologia científica*. 5. ed. Editora: Atlas, São Paulo. 310p.
- Minas Gerais (2016). Secretaria de Estado de Educação. *Ofício circular GS n. 002663/SEE*. Belo Horizonte, MG: Secretaria de Estado de Educação, 13 set. 2016. Orienta sobre o cumprimento de 1/3 da carga horária de professor destinada às atividades extraclasse, de acordo com a Lei Estadual n. 20.592, de 28 de dezembro de 2012, o Decreto Estadual n. 46.125, de 4 de janeiro de 2013, e as normas vigentes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Disponível em <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/ofc3adcio-circular-2663-2016-cumprimento-de-carga-horc3a1ria-destinada-c3a0s-atividades-extraclasse-4.pdf>. Acesso em 10/03/2019.
- Ministério da Saúde (2016). *Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016*. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em 15/03/2019.

- Miranda MA, Rech MEB (2018). Reforma do ensino médio uma perspectiva de educação integral. *Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad*, 4(3): 121-130.
- Motta VC, Frigotto G (2017). Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação e Sociedade*, 38(139): 355-372.
- Sandri S (2017). Reforma do Ensino Médio e tendências para a formação e/ou carreira docente. *Revista Temas e Matizes*, 11(21): 27-47.
- Santos AGO (2010). Coordenador pedagógico e as reuniões pedagógicas – possibilidades e caminhos. In: *Anais do Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade Senac, Recife- PE*. Disponível em [http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/IV/anais/comunicacao/034\\_2010\\_ap\\_oral.pdf](http://www.faculdadesenacpe.edu.br/encontro-de-ensino-pesquisa/2011/IV/anais/comunicacao/034_2010_ap_oral.pdf). Acesso em 20/11/2019.
- Saviani D (2017). O vigésimo ano da LDB: As 39 leis que a modificaram. *Retratos da Escola*, 10 (19): 379-392.
- Tomaszewski RA (2007). A importância do pré-teste na construção de um repositório analítico. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 12(2):139-149.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **ID LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: [lucasrodrigues\\_oliveira@hotmail.com](mailto:lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agassiz, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235  
aluno, 11, 23, 24, 33, 36, 38, 39, 62, 86, 87, 104, 130, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 195, 200, 201  
análise de conteúdo, 119  
aprendizagem, 15, 16, 22, 23, 26, 30, 40, 55, 56, 60, 67, 68, 73, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 103, 109, 112, 142, 147, 153, 154, 155, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 201, 202, 203, 204  
avaliação, 20, 24, 33, 41, 68, 82, 102, 105, 115, 142, 153, 172, 210, 254

### B

BNCC, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 86, 106, 107, 108, 111, 112  
Brasil, 3  
burguesia, 206, 208, 210, 220, 230, 231, 257, 260, 261, 263, 268

### C

cartas, 158, 164, 167, 240  
coletivo, 10, 66, 83, 91, 104, 114, 142, 165, 167, 172, 176, 252  
colonização, 29, 221, 225, 233  
complexidade, 16, 80, 84, 93, 99, 114, 169, 173, 174, 178  
cooperatividade, 177  
Covid-19, 7, 159, 164, 165, 180, 191  
cultura, 10, 18, 19, 26, 37, 60, 67, 69, 70, 71, 77, 80, 82, 85, 86, 90, 110, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 174, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221,

222, 228, 234, 235, 237, 248, 255, 256, 262, 265

currículo, 30, 36, 37, 38, 40, 58, 64, 74, 75, 77, 108, 112, 119, 120, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 172, 240

### D

democratização, 61, 77, 84, 88, 91, 93, 125, 177, 186, 191, 262  
desigualdades sociais, 61, 69, 71, 72, 77, 82, 83, 102, 103, 173, 175, 177, 179, 181, 186, 249, 263  
diálogo, 7, 8, 9, 10, 31, 55, 56, 87, 90, 98, 119, 195  
didática, 62, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 172, 179, 191, 197, 259  
direito, 20, 30, 47, 50, 65, 71, 77, 78, 85, 96, 101, 102, 111, 113, 123, 124, 125, 140, 142, 167, 178, 184, 191, 194, 218, 238, 239, 241, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 275  
direitos humanos, 47, 50, 109, 134  
docência, 54, 62, 63, 66, 74, 81, 84, 87, 92, 146, 192

### E

educação, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 118, 119, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 143, 144, 151, 152, 153, 154, 156, 166, 171, 172, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250,



251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 280

educativa, 10, 73, 80, 96, 180, 211, 245, 257, 265

ensino, 17, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 102, 106, 108, 112, 114, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 219, 220, 223, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273

médio, 15, 17, 21, 22, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 118, 120, 127, 131, 133, 134, 141, 144, 151, 243

remoto, 61, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 189

ensino-aprendizagem, 153, 175

envelhecimento, 160, 165

escola, 4, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 114, 115, 116, 129, 132, 137, 151, 153, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 185, 188, 190, 194, 200, 201, 218, 236, 240, 243, 248, 249, 254, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 275

pública, 7, 14, 21, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 53, 56, 62, 78, 80, 87, 88, 92, 94, 116, 218, 240, 249, 265, 269

estudantes, 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 46, 52, 54, 62, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 104, 107, 121, 122, 127, 132, 133, 147, 153, 171, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 200, 201, 202

eugenia, 205, 206, 208, 209, 211

## F

formação, 12, 14, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 37, 38, 39, 41, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 102, 106, 109, 112, 115, 120, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 172, 173, 175, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 197, 198, 204, 210, 220, 226, 227, 241, 257, 259, 260, 265, 266, 267, 272, 273

de professores, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 75, 76, 79, 81, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 146, 147, 149, 152, 153, 156, 204, 267

humana, 115, 173, 182, 187, 188, 190, 191

leitora, 193, 195, 197, 198

função social, 80, 173, 176

## G

gênero, 7, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 68, 85, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 140, 141, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 213, 219, 221

gestão escolar, 19, 20, 30, 91, 92

## H

história, 4, 9, 10, 11, 19, 39, 46, 49, 51, 55, 62, 85, 93, 97, 102, 109, 123, 128, 129, 130, 136, 138, 140, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 195, 196, 199, 207, 211, 212, 219, 224, 225, 233, 234, 239, 249, 254, 256, 257, 263, 266, 270, 271, 273, 274, 275

em quadrinhos, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204

humano, 10, 16, 47, 50, 55, 67, 68, 71, 86, 139, 160, 164, 167, 178, 187, 198, 202, 219, 250, 274

## I

identidade, 8, 30, 31, 53, 58, 62, 72, 96, 98, 100, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 135, 140, 143, 206, 226, 263, 264  
impactos, 20, 45, 47, 158, 179, 191  
imprensa  
educacional, 272, 273  
Paranaense, 257  
independência, 16, 49, 102  
instituições escolares, 34, 218, 273  
invisibilidade, 47, 51, 143  
isolamento, 45, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 178, 189, 190, 193, 194, 201  
itinerários formativos, 33, 37, 38, 40

## J

judicialização da educação, 238

## L

legislação, 34, 63, 64, 76, 78, 85, 88, 89, 114, 216, 238, 242, 243, 254  
leitura, 9, 23, 25, 35, 116, 120, 121, 124, 126, 133, 136, 143, 144, 158, 160, 178, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 219, 239, 241, 249, 255, 256, 258, 270, 271

## M

mercantilização, 181, 186, 192  
militarização, 14

## N

neoliberalismo, 72, 103, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192

## P

pandemia, 4, 7, 105, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 200, 202, 203, 204, 280

Paulo Freire, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 55  
pensamento complexo, 172, 173  
percepções dos estudantes, 16  
pessoa com deficiência, 44, 45, 46, 47, 48, 52  
plano de curso, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 137, 142, 143  
prática pedagógica, 56, 57, 62, 80, 106, 153, 154  
precarização, 64, 66, 181, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 192  
processo de adequação, 41  
professor, 11, 17, 37, 39, 41, 42, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 73, 74, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 104, 105, 149, 152, 153, 154, 156, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 185, 186, 187, 188, 201, 202, 207, 218, 259, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273  
professores da rede pública, 106, 257  
profissionais da educação, 60

## Q

química, 55, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

## R

racismo, 4, 113, 139, 140, 141, 143, 205, 206, 208, 209, 280  
reforma, 29, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 58, 64, 65, 66, 75, 76, 87, 89, 102, 176, 186, 226, 241, 243, 244, 246, 247, 256  
retrocesso, 106, 246  
revista “A Escola”, 257, 258, 259, 264  
Rondônia, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28

## S

sexualidade, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

**V**

viajante, 205, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216,  
217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226,  
230, 231, 232, 234



**C**ontemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

ISBN 978-658831930-7



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)